

**Og Fernandes**

**Frederico Augusto Leopoldino Koehler**

**Jacqueline Paiva Rufino**

**Silvano José Gomes Flumignan**

# **LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

**Principais alterações da Lei 14.230/2021  
e o impacto na jurisprudência do STJ**

2022



[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Capa e diagramação:** Maitê Coelho e Cendi Coelho ([cendicoelho@gmail.com](mailto:cendicoelho@gmail.com))

L534 Lei de Improbidade Administrativa - Principais Alterações da Lei n.º 14230/2021 e o Impacto na Jurisprudência do STJ / Frederico Augusto Leopoldino Koehler... [et al.] – São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.

304 p.

Inclui Bibliografia

ISBN: 978-85-442-3878-3

1. Direito. 2. Superior Tribunal de Justiça. 3. Jurisprudência. I. Koehler, Frederico Augusto Leopoldino. II. Fernandes, Og. III. Rufino, Jacqueline Paiva. IV. Flumignan, José Gomes. V. Título.

CDD 340.6

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

---

## CAPÍTULO I

---

<b>ALTERAÇÕES PROCESSUAIS E PRÉ-PROCESSUAIS ...</b>	<b>25</b>
1. Inquérito Civil .....	25
2. Legitimidade exclusiva do Ministério Público .....	26
2.1. Legitimidade da Fazenda Pública para postular o ressarcimento após a Nova Lei de Improbida- de Administrativa.....	29
3. Conversão em Ação Civil Pública.....	35
4. Processo individual .....	36
5. Citação .....	37
6. Petição inicial .....	39
7. Revelia.....	39
8. Indisponibilidade dos bens .....	41
9. Remessa necessária .....	45
10. Sucumbência.....	46
11. Absolvição penal .....	47
12. Aspectos probatórios .....	49
13. Litisconsórcio.....	50

14. Vinculação da capitulação e princípio da congruência...	52
15. Competência.....	54
16. Impacto da relevância da questão federal trazida pela EC nº 125/2022.....	60

---

## CAPÍTULO II

---

<b>ALTERAÇÕES MATERIAIS .....</b>	<b>65</b>
1. Definição de improbidade.....	65
2. Direito sancionador .....	65
3. Dolo.....	67
4. Acordo de não persecução cível .....	69
5. Agentes públicos.....	74
6. Violação de princípios e rol taxativo.....	78
7. Responsabilidade dos herdeiros e sucessores.....	83
8. Prescrição .....	86
9. Obrigatoriedade de defesa judicial pelo parecerista .....	91

---

## CAPÍTULO III

---

<b>NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ.....</b>	<b>93</b>
1. Alteração na legitimidade .....	93
2. Agentes políticos e crimes de responsabilidade .....	95
3. Agentes políticos municipais .....	98
4. Pena de demissão .....	102
5. Citação .....	106
6. Superação do dolo genérico para o dolo específico .....	109

7.	Ajuizamento em face do particular .....	111
8.	Adequação das sanções .....	112
9.	Indisponibilidade dos bens .....	116
9.1.	Violação de princípios .....	119
9.2.	Apontamento de prejuízos concretos e prévia oitiva do réu .....	120
9.3.	Impossibilidade de levar em conta o valor da multa para a indisponibilidade de bens .....	121
10.	Marcos interruptivos da prescrição .....	124
11.	Princípio da congruência .....	127
12.	Vedação à indenização por danos morais coletivos.....	129
13.	Responsabilidade do parecerista.....	132

---

## CAPÍTULO IV

---

<b>MANUTENÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ .....</b>	<b>135</b>
1. Processamento pelas instâncias ordinárias.....	135
2. Possibilidade de quebra de sigilo.....	138
3. Prova emprestada .....	142
4. Inexistência de obrigatoriedade de pena cumulativa ...	145
5. Legitimidade do Ministério Público para postular res- sarcimento de dano ao erário .....	148
6. Legitimidade do Ministério Público Estadual perante o STJ.....	152
7. Ausência de notificação não implica necessariamente nulidade .....	154
8. Identidade de termos iniciais de prescrição para parti- culares e agentes públicos.....	158
9. Possibilidade de ressarcimento ao erário mesmo com a prescrição da pretensão para as demais sanções.....	162

10. Inexistência de litisconsórcio passivo necessário.....	166
11. Regime único de prescrição para particulares e agentes públicos.....	169
12. Possibilidade de prosseguimento de ação de improbidade em face de particular .....	172
13. Legitimidade passiva por sucessão.....	174
14. Possibilidade de decretação de indisponibilidade de bens sobre ativos financeiros .....	176
15. Princípio da reparação integral no ressarcimento ao erário.....	177
16. Medidas atípicas no cumprimento de sentença .....	181
17. Competência da justiça federal ou estadual.....	183
18. Estagiário como agente público para a lei de improbidade.....	185
19. Dirigente de entidades do sistema “S” como agente público para a finalidade de improbidade.....	187

---

## CAPÍTULO V

---

<b>APLICAÇÃO RETROATIVA – DIVERGÊNCIA DE ENTENDIMENTOS .....</b>	<b>193</b>
1. Retroatividade do direito sancionador benéfico.....	194
1.1. Exemplos de julgados pela aplicação retroativa de norma mais benéfica em relação a direito sancionador .....	200
1.2. Exemplo de julgado pelo afastamento da aplicação retroativa de norma mais benéfica em relação a direito sancionador .....	202
2. Fato novo e prequestionamento .....	205
2.1. Exemplos de julgados da Primeira Turma de Direito Público.....	208

2.2.	Exemplos de julgados da Segunda Turma de Direito Público .....	209
2.3.	Exemplos de julgados das Turmas de Direito Privado .....	212
3.	O debate trazido pelas recentes decisões do Supremo Tribunal Federal e a análise do Tema 1.199.....	213
3.1.	ARE 1.350.900/SP .....	213
3.2.	ARE 1.351.472/SP .....	215
3.3.	Tema 1199 – análise do ARE 843.989/PR.....	216
3.3.1.	Histórico do caso.....	216
3.3.2.	Decisão de suspensão .....	219
3.3.3.	Consequências da suspensão no âmbito do STJ .....	221
3.3.4.	Crítica à afetação genérica por Repercussão Geral .....	227
3.3.5.	Comentários sobre o parecer do MPF no Tema 1.199/STF .....	232

---

## CAPÍTULO VI

---

<b>QUADROS DAS SANÇÕES.....</b>	<b>237</b>
---------------------------------	------------

---

## CAPÍTULO VII

---

<b>QUADRO COMPARATIVO.....</b>	<b>245</b>
--------------------------------	------------

<b>TRABALHOS CONSULTADOS PARA A PRIMEIRA EDIÇÃO.....</b>	<b>299</b>
--	------------